



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

116
Ap

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no MS nº 0011534-73.2012.8.17.0000 (0277141-9)

EMBARGANTE : Estado de Pernambuco

PROCURADORA : Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

EMBARGADA : Adriana Cristina Lima Brito

ADVOGADO : Marcelo Cordeiro de Barros Júnior (OAB/PE n. 25.332-D)

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO. DESNECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO SOBRE TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS. REDISSCUSSÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - Conforme assente na jurisprudência firmada pelos tribunais pátrios, o órgão jurisdicional, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes.

II - Os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão sobre a qual o órgão julgador deveria necessariamente se pronunciar (ponto controvertido).

III - Não se pode obter modificação ou anulação do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou na execução do ato decisional.

IV - Rejeição dos embargos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar o recurso de integração, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 30 de ABRIL de 2013.

Jorge Américo Pereira de Lira

Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

117
20

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no MS nº 0011534-73.2012.8.17.0000 (0277141-9)

EMBARGANTE : Estado de Pernambuco

PROCURADORA : Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

EMBARGADA : Adriana Cristina Lima Brito

ADVOGADO : Marcelo Cordeiro de Barros Júnior (OAB/PE n. 25.332-D)

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Estado de Pernambuco contra o acórdão de fl. 95, emergente do julgamento conjunto do mandado de segurança nº 0005050-42.2012.8.17.0000 (0269583-2) e do agravo regimental nº 0006619-78.2012.8.17.0000 (0269583-2/01), tendo sido, à unanimidade de votos, concedida a segurança, com a confirmação da liminar, e considerado prejudicado o agravo regimental.

2. O aludido acórdão, ora hostilizado, encontra-se assim ementado:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. DIREITO HUMANO À DIGNIDADE E À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE. DEVER DO PODER PÚBLICO. TEORIA DA CAUSA MADURA.

I - Quando a lide versar predominantemente sobre questões de direito e estiver suficientemente instruída, deve-se, consoante a Teoria da causa madura, considerá-la pronta para julgamento.

II - Prejudicado estará o Agravo Regimental quando, diante do julgamento da causa principal, não mais houver interesse recursal.

III - O direito subjetivo à saúde está, no ordenamento jurídico pátrio, garantido por meio de norma programática insculpida no art. 196 da Constituição Federal.

IV - Constitui dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência indissociável do direito à vida. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

V - Comprovada a necessidade do tratamento, associada à falta de condições de adquirir o medicamento prescrito, o cidadão poderá buscar proteção, junto ao Poder Judiciário, para que lhe sejam disponibilizados, pelo Estado, os meios necessários ao adequado tratamento da enfermidade.

VI - Mostra-se irrelevante o fato de o medicamento postulado não figurar nas listas de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), posto que o Estado tem o dever de garantir o direito subjetivo do cidadão à saúde. Súmula do TJPE, enunciado nº 18.

VII - Segurança concedida, restando prejudicado o Agravo Regimental apenso.

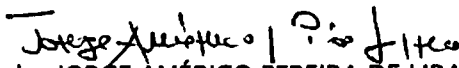


118
20

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

3. Em apertada síntese, com o desiderato de obter a integração do julgado, o embargante defende que o acórdão foi omissivo ao não apreciar o argumento de que existem alternativas terapêuticas fornecidas pelo Sistema Único de Saúde para a enfermidade da embargada, uma vez que a substância Bosentana não integra o rol de medicamentos regularmente disponibilizados para o tratamento no SUS.
4. A fim de atender ao pressuposto objetivo do prequestionamento explícito, o embargante postula, outrossim, o pronunciamento expresso desta Câmara de Direito Público acerca da violação dos artigos 2º, 5º, 37, *caput* e XXI e 196 da Constituição Federal.
5. O embargante não aduna documentos ao *petitum*.
6. Eis o relatório, naquilo que se revela essencial para o deslinde da controvérsia.
7. O feito independe da inclusão em pauta de julgamento, consoante reza o artigo 85, alínea "b", do RITJPE.

Recife, 30 de abril de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

119
26

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no MS nº 0011534-73.2012.8.17.0000 (0277141-9)

EMBARGANTE : Estado de Pernambuco

PROCURADORA : Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

EMBARGADA : Adriana Cristina Lima Brito

ADVOGADO : Marcelo Cordeiro de Barros Júnior (OAB/PE n. 25.332-D)

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

Vistos e examinados etc.

Alegando a suposta existência de omissão no acórdão de fl. 95, adveniente do julgamento conjunto do mandado de segurança nº 0005050-42.2012.8.17.0000 (0269583-2) e do agravo regimental nº 0006619-78.2012.8.17.0000 (0269583-2/01), foram interpostos os presentes embargos, com o especial desiderato de obter a declaração do julgado e de cumprir o pressuposto objetivo do prequestionamento explícito.

Sem nenhuma razão, contudo.

Inexiste qualquer omissão, no acórdão embargado, a justificar o pedido de declaração, uma vez que os pontos relevantes da lide foram apreciados pelo *decisum* ora recorrido.

Conforme assente na jurisprudência firmada pelos tribunais pátrios, o órgão jurisdicional, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, considerou suficiente para a composição do litígio¹.

A propósito, sabe-se que:

O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos (v. RJTJESP 115/207).

Acerca do tema, o egrégio Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535)" (RTJ 173/29, junho/2000).

¹ Nesse sentido, v. STJ, AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 17.08.1998.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

120
20

Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno expor lição do prof. Mário Guimarães²:

Não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não.

Em verdade, a função dos embargos de declaração deve ser, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se, assim, em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

Em outras palavras, os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão sobre a qual o órgão julgador deveria necessariamente se pronunciar (ponto controvertido).

Por essa via, portanto, não se pode obter modificação ou anulação do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou na execução do ato decisional.

Na espécie, a pretexto da existência de suposta omissão no acórdão de fl. 95, mostram-se indevidamente interpostos os presentes embargos, pois estão sendo manuseados com o nítido propósito de rediscutir a lide já exaustivamente apreciada por esta colenda Câmara de Direito Público.

Posto isso, uma vez que os aclaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa e ante a ausência de qualquer omissão, REJEITO OS EMBARGOS, mormente em se sabendo que a questão do desacerto ou injustiça da decisão - só para argumentar - não desafia pedido de sua declaração (recurso de integração), e sim recurso de reforma ou modificação.

É como VOTO.

Recife, 30 de ABRIL de 2013.

Jorge Américo Pereira de Lira

Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator

² MÁRIO GUIMARÃES, *O juiz e a função jurisdicional*, 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958, p. 350.